


Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)




# O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)



# O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 2 /  
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta  
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-901-1

DOI 10.22533/at.ed.011211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa  
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

**Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

No ano de 2011 o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou o documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*, em 2021 uma década depois, reunimos nessa coletânea a complexidade de experiências profissionais permeadas do caráter sociopolítico e interventivo do Serviço Social que refletem concepções e escolhas do cotidiano profissional.

O segundo volume apresenta 24 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Políticas Sociais no Brasil no contexto do Capital que apresenta dois artigos que tratam do aprofundamento do projeto ultraliberal e a exploração na relação capital e trabalho.

O segundo eixo temático coloca em evidência, através de quinze artigos, a temática do Serviço Social na Política de Assistência Social com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de controle democrático, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Centro de Referência de Assistência Social, Medida Sócio Educativa, Proteção Social Básica, População em Situação de Rua, e interlocuções com outras políticas setoriais a exemplo SUS e SUAS, atuação frente à Pandemia de Covid-19, dentre outras.

O terceiro eixo temático traz a discussão do Políticas Sociais e Enfrentamento da violência através dos cinco artigos, que tratam da Lei Maria da Penha, Feminicídio, Racismo, Rede de Proteção e Trabalho Intersetorial.

O quarto eixo temático: Serviço Social e Preparação para a Aposentadoria apresenta duas experiências de trabalho com esse público.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

## SUMÁRIO

### POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITAL

#### **CAPÍTULO 1..... 1**

O APROFUNDAMENTO DO PROJETO ULTRALIBERAL E O SOFRIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Odair Dias Filho

Edvânia Ângela de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.0112115031**

#### **CAPÍTULO 2..... 16**

A VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEMARKETING

Maricelly Costa Santos

**DOI 10.22533/at.ed.0112115032**

### SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### **CAPÍTULO 3..... 27**

UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DAS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NA ATUAÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edístia Maria Abath Pereira de Oliveira

Catharina Cavalcanti de Melo

**DOI 10.22533/at.ed.0112115033**

#### **CAPÍTULO 4..... 38**

CONTROLE DEMOCRÁTICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO CONTEXTO ATUAL

Jucileide Ferreira do Nascimento

Heleni Duarte Dantas de Avila

Clícia Carolaine de Jesus Alves

Celina dos Santos Almeida

Cleiton Lima de Oliveira Barbosa

Juliana dos Santos Carmo

Rodrigo Sales Queiroz

**DOI 10.22533/at.ed.0112115034**

#### **CAPÍTULO 5..... 48**

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

**DOI 10.22533/at.ed.0112115035**

#### **CAPÍTULO 6..... 60**

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE COARI, NO INTERIOR DO

## AMAZONAS

Cristiane Andrade da Costa  
Raimunda Nildes Pinheiro Moreira

**DOI 10.22533/at.ed.0112115036**

## **CAPÍTULO 7..... 70**

### A JUDICIALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Edinilza de Oliveira Toledo  
Liliane Capilé Charbel Novais

**DOI 10.22533/at.ed.0112115037**

## **CAPÍTULO 8..... 79**

### OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA – CEARÁ

Leiliane Martinz de Oliveira  
Márcia Cristina Barros de Oliveira  
Luiza de Marillac Bernardo da Rocha Cavalcante

**DOI 10.22533/at.ed.0112115038**

## **CAPÍTULO 9..... 90**

### O SUAS E SUS NA REGIÃO DA AMEPAR E AS DEMANDAS GERENCIAIS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Eliane Christine Santos de Campos  
Ana Cláudia Vieira Martins  
Silvio Redon  
Tihara Keli Maciel Siqueira Mantovani

**DOI 10.22533/at.ed.0112115039**

## **CAPÍTULO 10..... 107**

### MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Karen Coutinho da Silva  
Luciana Macedo Duarte  
Tháís da Silva Zeca Bastos

**DOI 10.22533/at.ed.01121150310**

## **CAPÍTULO 11..... 122**

### PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19: EXPERIÊNCIA DE UM CRAS

Marcia Liliane Barboza Kurz  
Marisa Ighes Orsolin Morgan

**DOI 10.22533/at.ed.01121150311**

## **CAPÍTULO 12..... 133**

### A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DO COVID-19: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA

Karen Coutinho Pereira

Thaís da Silva Zeca Bastos

**DOI 10.22533/at.ed.01121150312**

**CAPÍTULO 13..... 145**

**A DESPROTEÇÃO SOCIAL EM MOMENTOS DE CRISE E OS NOVOS DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC**

Fabiane Ribeiro

Hilton de Souza Zeferino

**DOI 10.22533/at.ed.01121150313**

**CAPÍTULO 14..... 156**

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CIDADÃOS AINDA INVISÍVEIS E OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA GARANTIA DE DIREITOS**

Gisele de Freitas Carvalho

Marcelo Ricardo Prata

**DOI 10.22533/at.ed.01121150314**

**CAPÍTULO 15..... 166**

**SAÚDE MENTAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA NO BRASIL: DO DIREITO À VIDA À MISTANÁSIA**

Bárbara Monique Pereira da Silva Leal

Renata Fernandes de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.01121150315**

**CAPÍTULO 16..... 176**

**O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS (GAP) DO CENTRO SUVAG DO RIO GRANDE DO NORTE**

Gisleane Silva de Araújo

**DOI 10.22533/at.ed.01121150316**

**CAPÍTULO 17..... 188**

**O CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA JUVENIL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ECA**

Ana Margarida Barbosa Santos

Maria Betânia Silva Magalhães

**DOI 10.22533/at.ed.01121150317**

**POLÍTICAS SOCIAIS E ENFRETEAMENTO DA VIOLÊNCIA**

**CAPÍTULO 18..... 192**

**VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA: A PERMANÊNCIA DA DOR**

Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti

Carina Felix Bezerra

Kíssia Wendy Silva de Sousa

Maria Gabrielle Chaves Silva

Maria Gabriella Florencio Ferreira

Maria de Medeiros Martins  
Marcelle Queiroz de Almeida  
Ingrid Raissa Guerra Lins  
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento  
Paloma Lima dos Santos  
Rafaela Leandro Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.01121150318**

**CAPÍTULO 19.....203**

**FEMINICÍDIO NO ESTADO DO PARÁ E SERVIÇO SOCIAL**

Edilcinha de Sousa Cavalcante Magalhães

**DOI 10.22533/at.ed.01121150319**

**CAPÍTULO 20.....215**

**CULTURA, RELIGIÃO E RACISMO: RETRATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Laryssa Sayury Garcia  
Michelle Christina de Souza Matos  
Brenda Luana Ribeiro Souza  
Lilian Mendes Pereira Barros  
Iris Tarcila da Conceição Baia  
Solange Silva Souza

**DOI 10.22533/at.ed.01121150320**

**CAPÍTULO 21.....222**

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS DO TRABALHO INTERSETORIAL NA PERSPECTIVA DE GARANTIA DE DIREITOS**

Ana Joice da Silva Peraro  
Marusa Fernandes da Silva  
Richardson Cramolichi

**DOI 10.22533/at.ed.01121150321**

**CAPÍTULO 22.....233**

**REDE DE PROTEÇÃO À MULHER: ROMPENDO COM A VIOLÊNCIA, O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE**

Josélia Barroso Queiroz Lima  
Kíria Silva Orlandi  
Aline Faé Stocco

**DOI 10.22533/at.ed.01121150322**

**SERVIÇO SOCIAL E PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA**

**CAPÍTULO 23.....245**

**TRILHANDO NOVOS CAMINHOS: REFLEXÃO EM MOMENTOS DE CRISE**

Carla Cristina Coelho Augusto Pepe  
Thaysa Maria Ribeiro Garcia  
Nelson Felix Lima Neto

Joyce Domingues da Silva Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.01121150323**

<b>CAPÍTULO 24.....</b>	<b>252</b>
<b>PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E APOSENTADORIA: PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES DO DEINFRA PARA ESSA NOVA FASE DA VIDA</b>	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01121150324</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>277</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>278</b>



## A JUDICIALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 28/12/2020

**Edinilza de Oliveira Toledo**

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT  
<http://lattes.cnpq.br/6274520862855129>

**Liliane Capilé Charbel Novais**

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT  
Cuiabá - MT  
<http://lattes.cnpq.br/2662755913656148>

**RESUMO:** Este artigo é parte da pesquisa de mestrado que investigará o processo de judicialização do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Sendo um direito social previsto na CF/88 e na LOAS, não está sendo acessado por parcela da população e diante da negação do benefício pela via administrativa (benefícios indeferidos pelo INSS), a judicialização vem configurando-se como mecanismo de garantia de acesso aos que dele necessita. Justifica-se a necessidade de compreender a política de proteção social, o BPC, sobre seus critérios de elegibilidade aplicados. Indaga-se como o cidadão poderá recorrer para ter acesso aos seus direitos? Pode também faltar o conhecimento para chegar aos mecanismos que visam sua garantia?

**PALAVRAS-CHAVE:** BPC; Proteção Social; Judicialização.

### JUDICIALIZATION OF THE CONTINUED INSTALLMENT BENEFIT

**ABSTRACT:** This article is part of the master's research that will investigate the process of judicialization of the Continuous Benefit Benefit - BPC. Being a social right provided for in CF / 88 and LOAS, it is not being accessed by part of the population and due to the denial of the benefit through administrative means (benefits denied by the INSS), judicialization has been configured as a mechanism to guarantee access to you need it. The need to understand the social protection policy, the BPC, is justified on its applied eligibility criteria. Do you wonder how the citizen can appeal to gain access to their rights? Could it also lack the knowledge to arrive at the mechanisms that aim to guarantee it?

**KEYWORDS:** BPC; Social Protection; Poverty; Judicialization.

### 1 | INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 revigorou o Estado brasileiro que passou a assumir novas funções no campo das políticas sociais com a instituição do Sistema de Seguridade Social, formado pelo tripé das políticas de saúde, assistência social e previdência social. Este trabalho visa compreender como um direito social previsto dentro da política de assistência social passa a ser acessado por parcela de cidadãos/as somente após ser judicializado. Trata-se do Benefício de Prestação Continuada – BPC que está regulamentado pela Lei

Orgânica da Assistência Social n.º 8.742, de 7/12/1993 – LOAS, conforme art. 2º como o direito à renda de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) ou mais, que tenham renda familiar mensal per capita de até ¼ de salário mínimo e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Considerando o direito ao BPC temos como objetivo proposto, investigar a quantidade de benefícios concedidos através de ações judiciais no estado de Mato Grosso no período de 2016 à 2019, identificando as divergências entre o INSS, órgão responsável pela operacionalização do benefício, e a Justiça Federal, instância onde ocorre a judicialização.

Assim, o tema desta pesquisa, justifica-se pela necessidade de compreender a política de proteção social, mais especificamente o BPC, na atualidade. Considerando as divergências entre os órgãos, pelos procedimentos adotados, podem nos levar a refletir sobre os critérios de elegibilidade que geram contradições entre os órgãos. E se pensarmos em municípios que não possuem acesso à justiça, como o cidadão poderá recorrer para ter acesso aos seus direitos? Se considerarmos que o público desta política é caracterizado pela situação de extrema pobreza, que além da ausência de bens públicos, pode também faltar o conhecimento para chegar aos mecanismos que visam a garantia deles.

Compreender o movimento deste benefício, aproxima-nos do desenho da proteção social, da seguridade social e da política social. Desta forma, embasadas por Behring e Boschetti (2011, p. 43) afirmamos, que do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem. Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. Do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam.

Considerando a seguridade social como uma política social, pactuamos com a afirmação de Boschetti sobre as políticas sociais, são conquistas civilizatórias que não foram e não são capazes de emancipar a humanidade do modo de produção capitalista, mas instituíram sistemas de direitos e deveres [...]. (BOSCHETTI, 2016, p.25)

Como modelos de estado e ideologias podem explicar e justificar as políticas sociais a partir dos interesses de classes. Buscamos entendimento em Pereira (2016) que contribui na análise sobre a proteção social no capitalismo. Para a autora “o termo proteção social encerra, em si, um artil ideológico, visto que falseia a sua realidade por se expressar semanticamente como sendo sempre positivo nas diferentes fases do capitalismo”. Pereira (2016, p.24)

Para Boschetti (2016, p.26) o que configura a existência de um sistema de proteção social é o conjunto organizado, coerente, sistemático, planejado de diversas políticas

sociais, financiado pelo fundo público e que garante proteção social por meio de amplos direitos, bens e serviços sociais, tais serviços são nas áreas de emprego, saúde, previdência, habitação, assistência social, educação, transporte, entre outros bens e serviços públicos. A autora acrescenta, tem como premissa o reconhecimento legal de direitos e a garantia de condições necessárias ao exercício do dever estatal para garanti-los.

Considerando o conceito de Estado apresentado por Engels (1984, p.190) como um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento, segundo o autor é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. O autor afirma que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

As autoras Gomes e Pereira (2005, p. 361) afirmam que diante da ausência de políticas de proteção social à população pauperizada, em consequência do retraimento do Estado, a família é chamada a responder por esta deficiência sem receber condições para tanto. As autoras ainda complementam “o Estado reduz suas intervenções na área social e deposita na família uma sobrecarga que ela não consegue suportar tendo em vista sua situação de vulnerabilidade socioeconômica”. Gomes e Pereira (2005, p. 362). Isso nos leva a refletir a ausência do estado pode gerar maior responsabilidade à família.

Considerando as transformações econômicas e sociais ocorridas em escala mundial, conforme Mito (2018) nas últimas décadas do século XX, interferiram nos rumos da Constituição Federal de 88, que assegura direitos sociais. “Na conjuntura dos anos de 1990 e 2000, foi-se configurando com maior intensidade o desenvolvimento da política social marcada por processos de focalização e privatização”. Mito (2018, p. 12). Para a autora, paralelo a estes processos se desenvolvem também os de judicialização que por um lado representam um caminho para a garantia dos direitos sociais de cidadania [...] Mito (2018, p. 13).

Neste contexto, Silva e Araújo (2020, p. 19048) também apresentam a gravidade da situação

[...] que tende a se agravar tendo em vista que o Brasil se encontra, desde 2016, em retrocesso decorrente da instalação de um golpe institucional que deu início ao governo Temer, cuja expressão mais cruel é o avanço ostensivo de contrarreformas neoliberais configuradas na retirada de direitos sociais conquistados através da luta e organização da classe trabalhadora, acarretando no desmonte progressivo do Sistema de Proteção Social construído no país. (SILVA E ARAÚJO, 2020, p. 19048)

Para Mito, na política de assistência social, a literatura demonstra que a busca pela

efetivação de direitos via judicialização ocorre, especialmente, em relação ao BPC. Desta forma, entendemos que os estudos sobre a judicialização estão concentrados sobre os processos que buscam a efetivação de direitos sociais. Miotto (2018, p. 16).

Outra autora que contribui para compreensão do movimento da política social é Pereira (2011) que apreende ela como produto da relação dialeticamente contraditória “entre estrutura e história e, portanto, de relações – simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre capital x trabalho, Estado x sociedade e princípios da liberdade e da igualdade que regem os direitos de cidadania”. Para a autora, jamais a política social poderá ser compreendida como um processo linear, de conotação exclusivamente positiva ou negativa, ou a serviço exclusivo desta ou daquela classe. “Na realidade, ela tem se mostrado simultaneamente positiva e negativa e beneficiado interesses contraditórios de acordo com a correlação de forças prevaletentes”. É por isso que torna a política social dialeticamente contraditória. Ela conclui, é essa contradição que permite à classe trabalhadora e aos pobres em geral também utilizá-la a seu favor. Pereira (2011, p. 166).

Pereira ressalta que apesar da ampliação da proteção social, especialmente via políticas públicas estatais, nos convida a refletir sobre o que Mandel (1982) chama atenção para a “ilusão do Estado Social”. Pereira (2016, p. 25) vale-se do autor para explicar a aparente “consciência social adquirida pelo aparelho governamental no capitalismo, em sua fase monopolista, mascara a sua real finalidade, qual seja: a autopreservação e a reprodução expansiva deste sistema”. A autora afirma que durante a crise capitalista estrutural o Estado perdeu seu protagonismo para exploração do mercado. (PEREIRA, 2016, p. 27).

No capitalismo o choque de interesses contrários entre destinatários e sujeitos da proteção social se tornou mais sofisticado e ideologicamente ardiloso. Pereira (2016, p.337). A autora afirma que é evidente a incompatibilidade do capitalismo com a emancipação e o bem-estar humanos, com a democracia e com uma proteção social plena e libertária.

Para autora a proteção social “onde quer que tenha sido empregada, sempre foi alvo de interesses discordantes entre os seus estudiosos, executores e destinatários”. Pereira (2016, p. 337). Portanto justifica-se abrir um leque de entendimentos acerca da proteção social.

## 2 | OBJETIVOS

A proposta da nossa pesquisa tem como objetivo geral apresentar o panorama da judicialização do BPC em Mato Grosso no período compreendido entre 2016 a 2019. A partir do panorama proposto, temos como objetivos específicos: compreender o processo de judicialização no estado capitalista; descrever as motivações de indeferimento apresentadas pelo INSS (administrativamente) e as principais motivações de deferimento da Justiça Federal de Mato Grosso (judicialmente); identificar quem são os demandantes

deste serviço; conhecer o caminho que os demandantes percorrem para acessar o benefício (administrativamente e judicialmente).

### 3 | METODOLOGIA

Sobre essa temática partimos para uma revisão de literatura em livros, jornais, revistas, periódicos e legislações. A pesquisa começou com uma fase exploratória embasada no método dialético, compreendido a partir de Miotto e Lima (2007, p.39) *como a lente orientadora de todo o processo de investigação e de análise realizado*. Escolhemos esse método por levar o pesquisador a trabalhar sempre com a contradição e o conflito, buscando fazer o movimento histórico, a relação da totalidade com a unidade. Assim, buscamos os dados e informações *a priori* nos sites e documentos abertos para consulta pública em órgãos como o INSS, DATAPREV, Conselho Nacional de Justiça e Portal da Transparência, levantamos os números e dados sobre os processos e decisões judiciais e administrativas do benefício.

E para compreensão destes dados numéricos fizemos a pesquisa qualitativa conforme apontada por Minayo (2012) como aquela que trabalha com universo de significados, de motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Ou seja, buscaremos compreender a partir da abordagem dialética proposta por Minayo pensando na *relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos*. Assim, buscaremos compreender o movimento do BPC a partir da conjuntura histórica, econômica, política e social ao qual está inserido dentro do sistema de proteção social.

Para a autora

Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2012, p.21).

Também, elencaremos as motivações dos órgãos INSS e Justiça Federal sobre o processo de judicialização, a fim de apresentar os avanços e retrocessos do caminho e trajetória do direito social através das legislações e órgãos operadores.

O material coletado está disponível no sítio do Portal da Transparência do Governo Federal e também solicitado através de e-mails aos órgãos INSS, Justiça Federal de Mato Grosso e Controladoria Geral da União – CGU, com a finalidade de identificar números e dados sobre os processos e decisões judiciais e administrativas de solicitação do benefício como processos deferidos e indeferidos, buscando a partir destes dados, apresentar o perfil dos demandantes e o tipo de demanda por ano no período de 2016 à 2019.

Assim, o procedimento de análise dos dados e informações pautaram-se pela perspectiva dialética na qual foram problematizados dentro do contexto histórico, político, econômico e social, trazendo os aspectos contraditórios e uma visão da totalidade. Assim,

buscaremos compreender a partir da abordagem dialética proposta por Minayo

propõe a abarcar o sistema de relações que constrói, o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. A dialética pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos. (MINAYO, 2012, p.24).

A autora ainda acrescenta que *é preciso considerar que o fenômeno ou o processo social tem que ser compreendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos*. Ou seja, a realidade está sempre em movimento, porém é precisaremos compreendê-la dentro do período que propormos de análise aos processos a sua correlação de forças dentro do modelo de Estado e perspectiva de proteção social que este estado oferece a quem dela necessitar. Buscaremos compreender o movimento do nosso objeto BPC a partir da conjuntura econômica, política e social ao qual está inserido.

A autora também pontua que a pesquisa qualitativa *aprofunda-se no mundo das significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas*.

Assim, os dados quantitativos da pesquisa, com o levantamento dos números de processos e decisões judiciais não vão se opor a análise qualitativa que faremos com os dados. Uma vez que Minayo (2012, p. 21) pontua que na pesquisa social os dados quantitativos e qualitativos se complementam, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Para tanto dividimos esse trabalho em três seções na primeira apresentaremos o Estado enquanto espaço contraditório no campo das políticas sociais na sociedade capitalista contemporânea, na segunda seção abordaremos o BPC e seu processo de judicialização e na seção terceira aprofundaremos na judicialização do BPC em Mato Grosso.

## 4 | RESULTADO ESPERADOS

Considerando que a pesquisa encontra-se em andamento, apresentamos uma amostra do período a ser investigado, sobre o BPC (Deficientes e Idosos) nos dados abertos da DATAPREV<sup>1</sup> sobre os processos de 2019, identificamos:

Dos 4012 processos indeferidos em Janeiro de 2019 no INSS/MT, temos como motivos para o indeferimentos:

- 406 processos de Amparo Social Pessoa com deficiência indeferidos, com os seguintes despachos: Não Enquadramento Art 20 §3 Lei 8742/93; Não Atende ao Critério de Deficiência para Acesso ao BPC-LOAS; Não Cumprimento de

<sup>1</sup> Vinculada ao Ministério da Economia é responsável pela gestão da Base de Dados Sociais Brasileira, especialmente a do INSS.

Exigências; Falta Período de Inscrição ou Atualização dos Dados do CadÚnico; Não Comparecimento Avaliação Social; Não Comparecimento para Realizar Exame Médico Pericial; Desistência Administrativa (INSS); Recebimento de Outro Benefício; Existência de Vínculo em Aberto para O Titular; Óbito Titular Antes Avaliação da Incapacidade p/ Vida Independente e p/Trabalho; Desistência Escrita do Titular.

- 132 processo de Amparo Social ao Idoso, com os seguintes despachos: Desistência Administrativa (INSS); Falta Período de Inscrição ou Atualização dos Dados do CadÚnico; Não Cumprimento de Exigências; Não Enquadramento Art 20 §3 Lei 8742/93; Recebimento de Outro Benefício.

Agora considerando os dados dos processos concedidos pelo INSS em janeiro de 2019, mesma fonte, temos as seguintes informações:

Dos 4376 benefícios concedidos em Janeiro de 2019 no estado de Mato Grosso, temos:

- 139 processos são de Amparo a Pessoa com Deficiência, destes 53 processos apresentam o despacho – concessão decorrente de ação judicial. Ou seja, 38,12% dos processos de concessão de beneficiários BPC a pessoa com deficiência conseguiu seus direitos após judicializar o processo.
- 117 processos são de Amparo ao Idoso, destes 11 com despacho – concessão decorrente de ação judicial. Ou seja, 9,40% dos processos de concessão de benefício BPC ao idoso conseguiram seus direitos após judicializar o processo.

Considerando os dados gerais do Boletim Estatístico da Previdência Social<sup>2</sup> - Vol. 25 N° 04 (2020) disponível no portal da Previdência Social, fazendo uma análise superficial, temos a evolução das Concessões e Indeferimentos de Benefícios de 2006 - 2020. Identificamos 9.391.559 total de processos entre os concedidos e indeferidos, destes aproximadamente 44,73% processos indeferidos. Sem fazer distinção do tipo de benefício podemos dizer que trata-se de um percentual expressivo de processos negados.

Ainda que esta pesquisa está em fase inicial de desenvolvimento, compreendemos que a judicialização no âmbito da Assistência Social, se configurou após a consolidação da CF/88, a partir da definição de um Sistema de Seguridade Social, que por sua vez, não tem usuário bem definido, já que a legislação define como todo aquele que dela necessitar. Neste caso, abre-se um leque de público para cada programa ou serviço que define os critérios de elegibilidade.

Diante do atual cenário brasileiro, onde o capitalismo está em constante crise, deparamo-nos com um Estado que vem se apresentando forte para o mercado e mínimo para a classe trabalhadora.

Contudo, em tempos neoliberais (a partir da década de 80), a transferência da proteção social do Estado para o mercado, vem sendo cada vez mais materializada, 2 O Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS é uma publicação mensal da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.

os direitos sociais estão sendo privatizados. É no mercado que estamos encontrando aposentadoria, educação, saúde, segurança, etc, ou seja, transformando os benefícios/direitos em novos produtos para o mercado. Como afirmava Marx que a riqueza é socialmente produzida, mas é apropriada e acumulada privativamente, pela minoria que detêm os meios de produção.

Pactuamos com a afirmação de Pereira que “as políticas sociais de corte neoliberal são paliativas, emergenciais, dualizadas e insuficientes, já que atendem aos interesses de rentabilidade econômica em detrimento das necessidades humanas básicas”, ou seja, ela explica que a “proteção social requerida pelos que não tiveram sucesso na obtenção de bens e serviços pelos seus próprios méritos deverá ser mínima, controlada institucionalmente e sem conotação de direito”. Para que não possa competir com a remuneração obtida pelo do trabalho. Pereira e Siqueira (2010, p. 227).

Assim, o BPC configura-se como o mínimo. E este mínimo não é alcançado, precisando ser judicializado para garantir seu acesso a um público que não está inserido no mercado de trabalho e luta por sua sobrevivência.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência social como afirmaram Couto, Raichellis, Silva e Yazbek (2017, p 61-2) teve configurações por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, configurando-se como um padrão arcaico de relações, enraizada na cultura política brasileira. Para as autoras, a assistência social de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, posicionando-a como renegada, secundária e marginal no conjunto das políticas públicas. Esteve sempre subordinada aos interesses econômicos dominantes, revelando incapacidade de intervir no perfil de desigualdade e pobreza.

Diante do exposto, firmamos sobre a importância da nossa atuação profissional diante dos usuários das políticas sociais. Que sejamos mais “conscientes” sobre o cenário de desresponsabilização do Estado e do setor público diante das expressões da “questão social”. Com política social de redução da pobreza que de fato seja articulada com outras políticas sociais de emprego, saúde, educação e previdência. O que vemos são legislações que impõem diretamente à família total responsabilidade sobre o/a idosos/as e PCD, com ações e programas voltados para superação da pobreza, porém, com foco emergencial, seletiva, focalizada e assistencialista, lembrando que esse modelo de estado, como já pronunciamos anteriormente, não será capaz de superar a desigualdade social, porque esta faz parte deste sistema.

Temos neste cenário de desigualdades sociais atravessadas por desigualdades econômicas, políticas e culturais são as tomadas de decisões, sejam elas políticas e econômicas pautadas pelo ideário neoliberal. Daí a importância de propor políticas públicas com compromisso de reduzir a pobreza, e não de apresentar números e taxas veladas para



atendimento das metas estabelecidas por organismos internacionais.

As políticas públicas devem oportunizar e promover junto ao/a usuário/a e suas famílias a compreensão da razão de estarem naquela condição de pobreza, apontando e construindo estratégias que possam ir além da assistência, sendo esta compreendida como um direito e não um favor.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva; RAICHELIS, Raquel. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 5. Ed. rev. e atual. – São Paulo : Cortez, 2017.

DATAPREV. **Benefícios concedidos**. Disponível em: <http://dadosabertos.dataprev.gov.br/dataset/beneficios-concedidos>. Acesso em: 04/02/2020.

DATAPREV. **Benefícios indeferidos**. Disponível em: <http://dadosabertos.dataprev.gov.br/dataset/beneficios-indeferidos>. Acesso em: 04/02/2020.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9ª edição. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1984.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L.D. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. Revista Ciência e Saúde coletiva, n. 10. V. 2, 2005, p. 357-363.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital** / Karl Marx ; [tradução de Rubens Enderle]. - São Paulo: Boitempo, 2013.

MIOTO, Regina C.T.; PRÁ, Keli R. D.; WIESE, Michelly L. **Política Social e processos de judicialização: serviços sociais e famílias em foco**. SER Social, Brasília, V. 20, n. 42, p. 11-29 – jan.-jun./2018.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: críticas a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política social: temas e questões**. 3 ed. - São Paulo : Cortez, 2011.

PEREIRA, Camila Potyara e SIQUEIRA, Marcos César Alves. As contradições da política de assistência social neoliberal. In: BOSCHETTI, Ivanete (orgs). **Capitalismo em Crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA. Enaire de Maria Sousa da e Maria do Socorro Sousa de Araújo. **Perfil socioeconômico dos usuários do serviço de transplante renal do HUUFMA**. Brazilian Journal of Development. Curitiba, v. 6, n.4, 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/8725/7482>>. Acesso em: 24 set. 2020.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aposentadoria 51, 53, 77, 148, 166, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Assistente social 34, 35, 36, 57, 59, 65, 83, 90, 91, 92, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 115, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 128, 130, 132, 133, 137, 142, 144, 156, 158, 164, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 201, 211, 212, 213, 220, 249, 254, 256, 275, 276

Ato infracional 113, 114, 115, 188, 189, 191

### B

Benefício de prestação continuada (BPC) 63, 84, 141

### C

Cadastro único 84, 87, 138, 140, 154, 172

Capitalismo monopolista 16, 26, 28, 106, 109

Centro de referência especializado da assistência social (CREAS) 108

Código de ética profissional 142

Conselhos de assistência social 38, 39, 41, 43, 47

Coronavírus 133, 134, 138, 139, 145, 148, 152, 154

Covid-19 122, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 250

### D

Desigualdade social 56, 77, 94, 100, 136, 141, 163, 166, 217, 242

Direitos humanos 2, 13, 35, 61, 64, 66, 79, 82, 89, 119, 157, 167, 174, 187, 190, 194, 195, 196, 201, 228, 234, 256

Direitos sociais 3, 13, 30, 31, 33, 36, 40, 50, 54, 55, 61, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 85, 87, 88, 94, 106, 109, 120, 121, 123, 124, 130, 131, 137, 147, 150, 165, 211, 223, 231, 238, 241, 254, 277

### E

Envelhecimento 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 247, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 272, 273, 276

Espaço sócio ocupacional 115

Estágio curricular obrigatório 253

## **F**

Feminicídio 193, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 211, 213, 214, 216, 223, 226

## **G**

Grupos de convivência 122, 123, 125, 127

## **I**

Idoso 45, 63, 68, 71, 76, 80, 82, 83, 84, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 141, 172, 247, 255, 257, 270, 274, 275

Índice de desenvolvimento humano (IDH) 84, 100

Invisibilidade 150, 233, 235, 243

## **J**

Judicialização 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78

## **L**

Lei Maria da Penha 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 204, 205, 213, 215, 216, 218, 219, 221, 223, 225, 226, 228, 232, 238, 239

Lei orgânica da assistência social (LOAS) 42, 52, 63, 80, 84, 124, 175

## **M**

Marx 3, 8, 15, 17, 18, 19, 20, 26, 34, 37, 49, 58, 77, 78, 109, 120, 183, 232

Marxismo 6, 31

Medidas protetivas 113, 148, 150, 219, 226, 228, 238, 239

Mínimos sociais 95, 114, 150, 152, 167, 168, 169, 170, 174, 175

Movimento de reconceituação 29, 110, 183

## **P**

Política de assistência social 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 54, 55, 62, 63, 65, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 104, 114, 116, 124, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 151, 211, 230

Política nacional de assistência social (PNAS) 41, 68, 81, 150

Políticas públicas 2, 3, 5, 11, 12, 30, 60, 63, 64, 65, 68, 73, 77, 78, 80, 81, 91, 94, 98, 100, 104, 105, 114, 123, 125, 127, 130, 134, 142, 150, 152, 153, 156, 158, 162, 163, 178, 193, 196, 198, 201, 203, 205, 209, 211, 214, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 235, 241, 243, 244, 247, 252, 255, 256

Políticas sociais 1, 12, 27, 30, 36, 37, 39, 40, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 70, 71, 75, 77, 85, 91, 92, 93, 96, 100, 104, 105, 106, 108, 111, 120, 145, 154, 158, 163, 166, 212, 213, 234

População em situação de rua 102, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Programa bolsa família 48, 54, 55, 58, 138, 140, 154

Projeto de extensão 233, 234, 235, 237, 238, 242, 277

Proteção social básica 63, 79, 81, 82, 101, 102, 114, 122, 125, 127, 129, 131, 133, 134, 137, 138, 154, 172, 173, 230

## **Q**

Questão social 8, 28, 29, 30, 36, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 71, 77, 78, 80, 89, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 120, 121, 126, 137, 138, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 171, 182, 184, 187, 200, 212, 220

## **R**

Racismo 2, 215, 216, 217

Redemocratização 46, 166, 235

Reestruturação produtiva 16, 17, 21, 22, 25, 53

## **S**

Saúde do trabalhador 3, 14, 95, 245, 246, 249, 251

Saúde mental 12, 128, 139, 154, 164, 166, 171, 277

Seguridade social 3, 30, 40, 43, 52, 59, 62, 63, 70, 71, 76, 80, 81, 87, 95, 104, 124, 134, 135, 137, 138, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 167, 170, 171, 229, 247

Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) 81, 138

Serviço social 1, 16, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 47, 48, 49, 57, 58, 59, 69, 89, 92, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 120, 121, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 143, 156, 157, 163, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 201, 203, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 245, 248, 249, 250, 251, 253, 256, 274, 275, 276, 277

Sistema único de assistência social - SUAS 124

Sofrimento do trabalhador 4

## **T**

Totalitarismo 3

## **V**

Vínculos familiares 81, 125, 127, 150, 158, 159, 162, 163

Violência 4, 8, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 83, 100, 112, 113, 114, 126, 157, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244


Violência contra a mulher 193, 195, 197, 198, 199, 209, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 231, 235

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**  
Editora


Ano 2021

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**  
Editora

Ano 2021